



1 **Conselho de Administração**

2 **ATA 26/2018**

3 Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze
4 minutos, no prédio do Previmpa sito à Rua Uruguai número duzentos e setenta e sete,
5 décimo quarto andar, teve início a quingentésima sexagésima primeira reunião ordinária do
6 Conselho de Administração do Previmpa. Na verificação do quórum estavam presentes os
7 seguintes conselheiros titulares: Adroaldo Bauer Spindola Correa, Adroaldo Rosseto
8 Fontanella, Alexandre Dias Abreu , Edmilson Todeschini, Eduardo Kreuzer, Fernanda
9 Antunes Zini, Flávia Pereira da Silva, Jeferson Miola, Julio Cesar dos Passos, Luciano
10 Saldanha Varela, Lucimar Rodrigues de Souza, Marilena Ruschel da Cunha, Mario
11 Fernando Antônio da Silva, Renan da Silva Aguiar, Rogério dos Santos Colpes, Valdemir
12 de Souza Estran e Wilibaldo Josué Grüner Scherer. Na ausência dos titulares, assumiram a
13 titularidade os suplentes Gilmar Cardozo dos Santos, Silvia Helena Tremarin e Raul
14 Federico Giacobone. Participou na condição de assistente o conselheiro Valter Morigi. A
15 sessão foi dirigida pelo Presidente Edmilson Todeschini, com o secretário Rogério dos
16 Santos Colpes. EXPEDIENTE-ITEM UM: Apreciação e assinatura das Atas 24/2018 e
17 25/2018. O conselheiro Renan discordou do termo “por consentimento dos conselheiros” da
18 Ata n. 25, da sessão anterior, onde foi comunicado no sentido de não haver o pagamento do
19 jeton em razão do cancelamento da sessão, já que não houve deliberação sobre o tema. O
20 Presidente Edmilson concordou com o conselheiro Renan, afirmando que o questionamento
21 é relevante e deve ser considerado. O conselheiro Alexandre afirmou que endossa o
22 questionamento do conselheiro Renan, afirmando que houve uma deliberação na reunião
23 passada, houve votação, portanto é a favor do pagamento do jeton. O conselheiro Raul
24 declarou que o pagamento do jeton foi discutido e houve concordância dos conselheiros
25 presentes, pelo não pagamento. Caso não haja questão jurídica que invalide a reunião,
26 entende que deve ser mantida a posição pelo não pagamento. O conselheiro Adroaldo Bauer
27 declarou que o jeton existe para cobrir despesas dos conselheiros, por exemplo, para seu
28 deslocamento até o Conselho. Ponderou que os conselheiros estavam presentes e que
29 tiveram despesas de deslocamento. O conselheiro Mário afirmou que a proposta de
30 cancelamento da reunião ocorreu com o propósito de mostrar respeito à greve, disse
31 entender que, neste caso, o mais correto é que os conselheiros não recebam o jeton, em
32 respeito à categoria. A conselheira Fernanda declarou que na reunião anterior foi realizada
33 uma votação, foi votado o parecer da contratação dos Correios, não foi votado sobre o não
34 pagamento do Jeton, por essa razão entende que o pagamento deve ser feito. O conselheiro
35 Estran declarou que em todas as greves anteriores o Conselho paralisou em respeito à greve
36 e que entende necessário este Conselho manter esta posição de respeito à categoria. Em
37 seguida, o Presidente Edmilson consignou em ata que na referida sessão anterior anunciou
38 que não haveria pagamento de jeton e que o consentimento deu-se por não haver
39 manifestação contrária, pelo silêncio, sem votação, mas que acata a proposição de corrigir o
40 texto da Ata n. 25. Na sequência, propôs a realização de votação para decidir sobre o

41 pagamento do jeton. Concluída a votação e apurados os votos, ficou decidido o não
42 pagamento do jeton, por nove votos contra o pagamento, oito votos favoráveis ao
43 pagamento e duas abstenções. Votaram contra o pagamento do jeton os conselheiros
44 Adroaldo Bauer Spindola Correa, Edmilson Todeschini, Gilmar Cardozo dos Santos,
45 Lucimar Rodrigues de Souza, Marilena Ruschel da Cunha, Mario Fernando Antônio da
46 Silva, Raul Federico Giacobone, Rogério dos Santos Colpes e Valdemir Estran. Votaram a
47 favor do pagamento do jeton os conselheiros Adroaldo Rosseto Fontanella, Alexandre Dias
48 Abreu , Eduardo Kreuzer, Fernanda Antunes Zini, Flávia Pereira da Silva, Julio Cesar
49 Passos, Renan da Silva Aguiar e Wilibaldo Josué Grüner Scherer. Abstiveram-se de votar
50 os conselheiros Luciano Saldanha Varela, Jeferson Miola, Silvia Helena Tremarin. Dessa
51 forma, não havendo manifestação contrária, foi aprovada a Ata n. 24/2018, ficando a Ata n.
52 25/2018 a ser apreciada na próxima reunião ordinária, em razão da necessidade de ajuste no
53 texto. EXPEDIENTE-ITEM DOIS: Informes: O Presidente Edmilson informou sobre o
54 recebimento de e-mail do Diretor-Administrativo Financeiro em exercício, Dalvin de
55 Souza, solicitando adiamento da apresentação do Comitê de Investimentos. Informou
56 também sobre o recebimento de e-mail do conselheiro Vargas, onde o conselheiro
57 comunica sua ausência nesta sessão, na qual está sendo substituído pela conselheira
58 suplente Silvia Helena Tremarin. Informou ainda a respeito do recebimento de e-mail
59 subscrito pelo servidor Tiago Iesbick, que questiona os resultados do Comitê de
60 Investimentos, declarando que o conteúdo do e-mail deve ser considerado e apreciado pelo
61 Conselho e que o assunto será retomado ao final da reunião, para decidir se ele integrará a
62 pauta de reunião futura. Sobre o e-mail do servidor Tiago Iesbick, o conselheiro Renan
63 informou que recebeu o e-mail algumas horas antes do envio aos Conselheiros e ao Comitê,
64 que encaminhará para suas chefias e para o Comitê de Investimentos para análise e
65 ponderações. Destacou que o servidor faz parte da Unidade de Investimentos e estranhou o
66 questionamento ter sido enviado com cópia ao Conselho e não ser tratado no âmbito da
67 Unidade de Investimentos e da Direção Administrativo-Financeira. O Presidente Edmilson
68 afirmou que seria inconsequente não dar atenção à manifestação do servidor Tiago Iesbick,
69 ao conteúdo do seu e-mail , por essa razão sugeriu que o Conselho convide o servidor para
70 manifestar-se pessoalmente junto ao Conselho. O conselheiro Adroaldo Bauer afirmou que
71 são permanentemente feitas escolhas pelo Comitê de Investimentos, que as decisões sempre
72 podem ser questionadas, que os dados podem ser interpretados de diferentes formas, que o
73 CAD pode convidar o servidor Tiago Iesbick para se manifestar, porém não pode convoca-
74 lo. Após, o Presidente Edmilson consignou em Ata que o CAD irá convidar o servidor
75 Tiago Iesbick a comparecer junto ao Conselho para esclarecimentos sobre o conteúdo do
76 seu e-mail. Seguindo com os informes, o conselheiro Wilibaldo informou sobre a
77 reportagem “TCE vê perdas milionárias em fundo de previdência de presidente Venceslau”,
78 publicada no site ZH, que trata da abertura de investigação sobre supostas ilegalidades em
79 investimentos da previdência daquele município. A conselheira Flávia informou sobre o II
80 Simpósio de Governança Pública realizado no dia 19/07/2018 em Pelotas-RS, evento em
81 que foi apresentado o Sistema CFA de Governança e o índice CFA de Governança
82 Municipal (IGM-CFA), também foram apresentados índices de gestão dos municípios e
83 feito um comparativo entre municípios. A conselheira Lucimar informou sobre a sessão de
84 segunda-feira passada, na Câmara Municipal, na qual seria votado o projeto da previdência
85 complementar. Destacou que a categoria segue mobilizada e atenta, pois a pauta deverá
86 voltar para ser votada após o recesso da CMPA. O conselheiro Adroaldo Bauer informou
87 sobre o debate público que será realizado na terça-feira próxima, na Câmara Municipal,

88 sobre a criação do Poaprev e sobre a Previdência Complementar, no dia 31/07/2018, no
89 turno da manhã, em colisão com a reunião deste Conselho. Sugeriu à presidência do
90 Conselho que os conselheiros compareçam representando o CAD e que seus nomes sejam
91 credenciados junto à CMPA para que possam se fazer presentes nesta reunião. Informado
92 sobre a reunião na CMPA, o Presidente Edmilson se comprometeu a contatar com o
93 vereador Moisés Barboza, liderança do governo, para solicitar a participação dos
94 conselheiros na reunião do dia 31/07/2018, sobre a Previdência Complementar. ORDEM
95 DO DIA-ITEM UM: Apresentação do Comitê de Investimentos - Resultados do 3º bimestre
96 de 2018. Em razão da solicitação de adiamento, apresentada pelo Diretor-Administrativo
97 Financeiro em exercício, Dalvin de Souza, a apresentação foi transferida para a próxima
98 reunião. ORDEM DO DIA-ITEM DOIS: Retorno sobre a demanda solicitada à PGM
99 Setorial Previdenciária, a respeito da aposentadoria especial para Guardas Municipais. O
100 Presidente Edmilson questionou se houve retorno da solicitação. O conselheiro Renan
101 informou que o procurador Alexandre Marder está em férias e que até o momento não foi
102 recebido retorno da solicitação. Dessa forma, propôs que permaneça como item de pauta
103 para a próxima reunião ordinária. ORDEM DO DIA-ITEM TRÊS: Retorno sobre a
104 demanda solicitada à PGM Setorial Previdenciária, a respeito da gratificação do DMAE. O
105 Presidente Edmilson questionou se houve retorno da solicitação. O conselheiro Renan
106 informou que houve retorno, que foi emitido parecer pelo procurador Alexandre Marder,
107 que a Nota Técnica foi remetida junto com o processo para o DMAE. O conselheiro
108 Alexandre afirmou que o parecer do procurador Alexandre Marder diverge do entendimento
109 do Procuradoria do DMAE, que este parecer trará prejuízo para os servidores, dará mais
110 trabalho para fazer o cálculo, serão dois cálculos, um para o servidor ativo e outro para a
111 aposentadoria. O Presidente Edmilson afirmou que em caso de haver entendimentos
112 jurídicos distintos, a matéria poderá ser encaminhada para o Conselho Superior da PGM. O
113 conselheiro Raul indagou quanto tempo levaria ainda caso for remetido para apreciação do
114 Conselho Superior da PGM, pois existem muitos servidores aguardando a aposentadoria
115 que dependem deste parecer. O conselheiro Gilmar declarou que os conselheiros não estão
116 muito familiarizados com a matéria como estão os servidores do DMAE, que o processo
117 poderia vir para o Conselho para ser apreciado e que havendo divergência jurídica, o CAD
118 poderia enviar para o Conselho Superior da PGM. Para não causar prejuízos maiores, que as
119 aposentadorias sejam concedidas conforme o parecer e que se revise posteriormente, se for
120 necessário. A conselheira Fernanda sugeriu que o DMAE proponha um projeto de lei
121 buscando alterar a lei, já que há divergências nas interpretações por parecer. O conselheiro
122 Wilibaldo declarou que existem dois pareceres, que isso poderá gerar problema nos casos
123 de aposentadoria por invalidez. O conselheiro Luciano declarou discordar que existem dois
124 pareceres, que entende haver apenas o parecer do Procurador Alexandre Marder, que é este
125 que será utilizado para as aposentadorias do DMAE, sendo que o CAD não tem o que fazer
126 neste momento. O conselheiro Alexandre afirmou entender o posicionamento do
127 conselheiro Luciano, porém declarou que tem conhecimento a respeito do parecer da
128 procuradoria do DMAE. Propôs que seja realizada uma conversa com a procuradoria do
129 DMAE, para que o procurador do DMAE, Eduardo Boese, faça a discussão com o
130 procurador Alexandre Marder. Se comprometeu em fazer os contatos com a procuradoria
131 do DMAE. Dessa forma, ficou deliberado que o conselheiro Alexandre fará contato com o
132 Procurador Eduardo Boese, para solicitar análise mais detalhada da matéria. ORDEM DO
133 DIA-ITEM QUATRO: Distribuição do processo de Acordo de Cooperação Técnica Rio-
134 Previdência. O Presidente Edmilson questionou se o processo foi recebido pela Direção-

135 Geral e encaminhado ao Conselho. O conselheiro Renan informou que ainda não houve
136 retorno da demanda, propondo que permaneça como item de pauta para a próxima reunião
137 ordinária. ORDEM DO DIA-ITEM CINCO: Retorno sobre a análise jurídica a respeito do
138 artigo 48 da Lei Orgânica do Município. O Presidente Edmilson na condição de conselheiro
139 responsável pelo relato da matéria ponderou que a análise mais acurada será feita em
140 reunião futura com a presença do conselheiro Vargas, que foi quem solicitou o debate da
141 matéria. Mesmo ficando para reunião futura, antecipou rápida análise e registrou sua
142 conclusão pela inconstitucionalidade do artigo 48, que foi inserido na Lei Orgânica em
143 1990, ainda da vigência do texto original da constituição federal de 1988. ORDEM DO
144 DIA-ITEM SEIS: Elaboração de propostas de eventos e de painéis de discussão acerca da
145 previdência pública. O conselheiro Jeferson, proponente da pauta, sugeriu ao Conselho que
146 trabalhe para a viabilizar a realização de eventos de formação na matéria previdenciária.
147 Recomendou a realização de eventos técnicos com este objetivo, aproveitando o aporte
148 técnico dos seguintes profissionais: Professora Diana Vaz de Lima, da UNB; Ronaldo de
149 Oliveira, consultor em investimentos da ABIPEM e Guarujá Previdência, vencedora do
150 Prêmio Boas Práticas de Gestão. Complementou solicitando ao Conselho e ao Previmpa
151 que se dedique para formatar um plano de formação permanente. O conselheiro Valter
152 sugeriu que sejam convidados os diretores do Instituto de Previdência do Estado para
153 compartilhar experiência sobre investimentos. O conselheiro Adroaldo Bauer afirmou que
154 será necessário constar na formatação da proposta os quantitativos de dias, horas,
155 deslocamentos, para se apurar os custos e os recursos necessários. Salientou que o FRAP
156 está comprometido com outras despesas já previstas, caso o FRAP não possa suportar, que
157 se projete para o próximo ano. O conselheiro Jeferson sugeriu ajustar a proposta à realidade
158 do FRAP e, não sendo possível, que se busque parcerias com outros Regimes Próprios. O
159 conselheiro Renan afirmou que o FRAP está comprometido com a obra da nova sede até o
160 mês de outubro, porém disse que poderá trazer em reunião futura para conhecimento do
161 Conselho como está a realidade do FRAP. Em seguida, o Presidente Edmilson propôs que
162 os conselheiros Jeferson e Flávia elaborem um plano, uma proposta de evento, a ser
163 apresentada na próxima reunião especialmente com a previsão de custos para posterior
164 deliberação. Os demais conselheiros acataram integralmente a proposição. ORDEM DO
165 DIA-ITEM SETE: Definição de pauta para a próxima reunião. Antes da definição da pauta,
166 foi levantada questão de ordem, sugerindo a alteração da data da próxima reunião ordinária,
167 a ser antecipada para a segunda-feira, dia 30 de julho de 2018, pela manhã, em razão do
168 debate da Câmara Municipal sobre a Previdência Complementar, agendado para o turno da
169 manhã do dia 31 de julho de 2018, assim colidindo com o horário da reunião semanal deste
170 Conselho. Posto em votação, foi aprovada a proposição de antecipação da reunião para a
171 segunda-feira, dia 30, por quatorze votos a favor e seis votos contrários. Restou consignado
172 pelo Presidente, que oficiará o Vereador Moisés Barbosa, informando que os conselheiros
173 estarão presentes à reunião do dia 31 de julho de 2018, no Legislativo Municipal. Em
174 seguida, foi discutida a pauta para a próxima reunião. Ficou decidido pela maioria presente
175 a pauta para a próxima reunião ordinária, prevista para o dia 30 de julho de 2018, da
176 seguinte forma: I - Distribuição do processo de Acordo de Cooperação Técnica Rio-
177 Previdência. II - Informe sobre o andamento da obra da nova sede do Previmpa.
178 III - Apresentação do Comitê de Investimentos - Resultados do 3º bimestre de 2018. IV -
179 Postura do Conselho de Administração face a greve dos municipais. V -
180 Postura da Direção-Geral do Previmpa sobre o Projeto da Previdência Complementar
181 perante a Câmara Municipal. VI - Retorno sobre a demanda solicitada à PGM Setorial

182 Previdenciária, a respeito da aposentadoria especial para Guardas Municipais.
183 VII - Retorno sobre a análise jurídica a respeito do artigo 48 da Lei Orgânica do Município.
184 VIII- Outras pautas apresentadas até a quinta-feira, dia 26 de julho de 2018.
185 Após a definição da pauta, restou consignado em Ata pelo Presidente Edmilson, que
186 constituirá pauta de reunião futura, dia 14 de agosto de 2018, o convite ao servidor Tiago
187 Iesbick para comparecer à reunião deste Conselho, para esclarecimentos acerca do e-mail
188 que questiona os resultados obtidos pelo Comitê de Investimentos. Nada mais havendo a
189 tratar, o Presidente Edmilson encerrou a sessão às 11 horas e 25min, e eu, Rogério dos
190 Santos Colpes, lavro o presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos
191 presentes.

192 Rogério dos Santos Colpes – Secretário Adroaldo Bauer Spindola Correa

193 Adroaldo Rosseto Fontanella Alexandre Dias Abreu

194 Edmilson Todeschini Eduardo Kreuzer

195 Fernanda Antunes Zini Flávia Pereira da Silva

196 Gilmar Cardozo dos Santos Jeferson Miola

197 Julio Cesar Passos Luciano Saldanha Varela

198 Lucimar Rodrigues de Souza Marilena Ruschel da Cunha

199 Mario Fernando Antônio da Silva Renan da Silva Aguiar

200 Silvia Helena Tremarin Raul Federico Giacobone

201 Valdemir de Souza Estran Wilibaldo Josué Grüner Scherer